

Desafios e estratégias voltados a promover a participação social na recuperação florestal

Carmem Lúcia Rodrigues¹
Maria Lídia Romero Meira²
Amílcar Marcel de Souza³
Renata Evangelista de Oliveira⁴

Introdução

No dia-a-dia de técnicos e pesquisadores empenhados na recuperação florestal no Estado de São Paulo constata-se que há conhecimento técnico suficiente para viabilizar a recuperação, no entanto, determinados obstáculos de ordem social, cultural e econômica representam grandes desafios a serem enfrentados pelas instituições públicas competentes e deveriam ser levados em consideração na elaboração de estratégias, programas e políticas públicas específicas para o setor florestal.

No desenrolar de um processo de recuperação florestal encontram-se, por exemplo, saberes distintos entre técnicos e proprietários rurais, suas diferentes percepções do espaço, do elemento arbóreo e dos problemas ambientais. Além disso, observa-se pelo menos dois âmbitos na implementação de projetos, programas e políticas voltados à recuperação florestal: um âmbito local-cotidiano, no qual o agente público (técnico) e os proprietários rurais executam um projeto; e um âmbito institucional, em geral formulador do projeto, programa ou política, responsável, por exemplo, pelo estabelecimento de diretrizes de ação e pela captação de recursos financeiros. Em cada um desses âmbitos, e entre eles, desenvolvem-se relações de poder que influenciam direta ou indiretamente a ação a ser realizada. Quanto à relação entre estes dois âmbitos, o sociólogo Pedro Demo (2001) alerta que, freqüentemente, há choques entre o interesse institucional e o das comunidades envolvidas nos projetos ou programas, com comum predominância dos interesses da instituição sobre os últimos.

Neste contexto, duas questões centrais enfrentadas cotidianamente por técnicos da área florestal nortearam a elaboração deste artigo e motivaram um processo de reflexão entre pesquisadores do IPEF e técnicos da Fundação Florestal:

*Por que, em geral, não se adota o elemento arbóreo em propriedades rurais?
Como estimular a sua adoção?*

Esse questionamento é comum a muitos que trabalham com recuperação florestal – tanto quando se objetiva promover a adequação ambiental da propriedade, como quando se pretende introduzir o elemento arbóreo, reduzir os custos da restauração ou com o objetivo de geração de renda para o proprietário. As questões

¹ Profa. Dra. do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP.

² Gestora Ambiental, coordenadora do Centro Ecológico Flora Guimarães da FEALQ em Piracicaba.

³ MSc em Recursos Florestais pela ESALQ/USP.

⁴ Profa. Assistente do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP.

apontadas refletem problemas previamente identificados por técnicos da Fundação Florestal e foi com o intuito de responder a essas perguntas, trazendo luz à prática, que se firmou o Convênio entre a Fundação Florestal⁵ e o IPEF⁶.

Ao discutir as mesmas perguntas que animam este artigo, a pesquisadora Isis Morimoto (2002) concluiu em sua dissertação que abordagens que congregam aspectos econômicos, educacionais, informativos, afetivos e que primam pelo diálogo na construção coletiva com os proprietários rurais de ações voltadas à restauração são uma maneira mais apropriada de trabalhar o problema da não adoção do elemento arbóreo.

No convênio firmado entre a Fundação Florestal e o IPEF trabalhou-se em duas dimensões centrais relacionadas à restauração florestal: a primeira dimensão voltou-se para o levantamento e diagnóstico de alternativas técnicas de minimização dos custos da restauração florestal; a segunda, para estudar a “participação” e métodos participativos de intervenção social voltados à restauração florestal. Nessa última dimensão propôs-se a compreender e articular questões inerentes à ação de agentes públicos e suas instituições na área de restauração florestal em propriedades rurais. Assim, entender questões tais como poder, conhecimento e envolvimento - que são integrantes do cotidiano dos técnicos envolvidos na restauração - pode contribuir para desencadear o processo de adoção do elemento arbóreo em proprietários rurais. E mais, elucidar e inserir tais questões no cotidiano dos técnicos e de suas instituições é buscar uma nova prática mais condizente com o ideal de integração e equilíbrio entre o desenvolvimento rural e a proteção/conservação ambiental. Poder-se-ia chamar tal ideal de desenvolvimento rural sustentável, aproveitando-se do cuidado de Júlia Guivant (1997), de destacar que a sustentabilidade não é um conjunto fechado de práticas, nem um pacote, ou modelo, a ser imposto⁷.

A “participação” também tem papel relevante para o desenvolvimento como integrante do processo de mobilização social, no qual desenvolvem-se o “*despertar do desejo de mudança e de transformação e a prática deste desejo*” (Toro, 1997).

Processo vivenciado pelas duas equipes do convênio

Ao estudar a “participação” e métodos participativos, as duas equipes do convênio iniciaram um processo participativo interno, por meio de reuniões periódicas de estudo e durante o *Curso de Capacitação em Metodologias Participativas*. Todos os

⁵ A equipe da Fundação Florestal mencionada foi supervisionada pela Eng. Agr. Ms Claudete M. Hahn da Gerência de Desenvolvimento Florestal da Diretoria de Assistência Técnica.

⁶ A equipe do IPEF mencionada foi composta por pesquisadores ligados ao Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP sob supervisão da profa. Dra. Carmem Lúcia Rodrigues.

⁷ Com estas poucas linhas sobre desenvolvimento rural sustentável procurou-se esclarecer que a *sustentabilidade* relaciona o desenvolvimento rural com equilíbrio ecológico. Quanto ao conceito *desenvolvimento*, pretendemos que também englobe aspectos de justiça social. Porém, todos estes conceitos - *sustentabilidade, sustentável, desenvolvimento* - não foram foco do convênio e não se chegou a um consenso sobre eles. Assim, preferimos deixar a referência de Guivant (1997), discutida em reunião, como um exemplo de abordagem destes conceitos condizente com a linha de raciocínio sobre a participação que segue.

temas estudados foram escolhidos coletivamente. Os principais questionamentos da equipe da Fundação Florestal anteriormente apresentados foram os fios condutores do estudo sobre “participação”:

- Por que não se adota o elemento arbóreo na propriedade?
- Por que os projetos não englobam a participação?
- Qual o papel do extensionista em processos participativos?
- Quais são os conflitos e limites existentes entre participação, paternalismo, assistencialismo e populismo?
- Quais as condições/pressupostos para implantação de processos participativos?

Essas indagações originaram cinco temas de estudo, abordados em encontros entre as duas equipes e nos quais se buscou um aprofundamento teórico integrado à realidade vivenciada pelos técnicos da Fundação Florestal. Houve também um grande estímulo à reflexão crítica sobre “participação” e métodos participativos. Para o estudo de cada tema escolheu-se uma ou mais referências bibliográficas para o embasamento teórico. Os temas estudados foram:

1. Contextualização histórica/política da participação;
2. Conceitos/teorias: participação. Limites entre participação, paternalismo, assistencialismo.
3. Métodos e instrumentos participativos
4. Papel do extensionista em processos participativos.
5. Pressupostos/reflexões para um processo participativo.

O segundo e o terceiro temas foram trabalhados com mais intensidade durante o *Curso de Capacitação em Metodologias Participativas* (realizado em março de 2005 em Botucatu), no qual construiu-se um conceito coletivo da “participação”, abordaram-se as principais características dos métodos participativos e de algumas técnicas participativas, e vivenciou-se a técnica da “Oficina do Futuro”.⁸

A conceituação da “participação” foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, diante dos diferentes e até divergentes significados que lhe são atribuídos. Desde o início sentiu-se a necessidade de definir à qual “participação” estaríamos nos referindo.

No curso propôs-se a construção de um conceito de “participação” que envolvesse as expectativas dos presentes com relação aos projetos desenvolvidos pela Fundação Florestal. O conceito deveria possibilitar uma descrição clara do que envolveria um processo participativo na visão desse grupo de trabalho. Ele nortearia os trabalhos, projetos, reuniões e outras ações a partir dali. Além disso, chegou-se à conclusão de que o conceito de “participação” desenvolvido deveria refletir o “ideal de participação” do grupo.

⁸ “Oficinas do Futuro” trata-se de uma metodologia participativa lúdica criada pela ONG *Instituto Ecoar para a Cidadania* para a elaboração de uma Agenda 21 Local (para maiores detalhes ver no site www.ecoar.org.br).

A elaboração do conceito levantou a questão da sua contextualização. Por um lado, o conceito de “participação” poderia ajustar-se às diferentes contextualizações que significam cada atividade/projeto realizado, sendo assim, mais geral. Por outro, a discussão sobre a “participação” está de certa forma ambientada nas recentes mudanças de paradigmas de desenvolvimento no Brasil e no mundo. O grupo entendeu, portanto, que uma contextualização mínima do conceito seria a “participação para a sustentabilidade”, ou seja, a noção de “participação” estaria inserida no contexto de construção de sociedades sustentáveis.

Houve consenso no grupo, levando em conta as mais diversas situações, de que a “participação” é um exercício real de cidadania, tem caráter emancipatório, faz parte dos processos de tomada de decisão e compreende/caracteriza um controle democrático.

A partir das discussões realizadas e dos conceitos de “participação” individualmente desenvolvidos foram escolhidas palavras-chave para a redação do conceito coletivo de “participação”: autonomia, emancipação, empoderamento, cooperação, político, cidadania e processo. Cientes de que se utilizavam palavras cujos significados também podem ter várias interpretações, inclusive contraditórias, construiu-se o seguinte conceito:

“A participação é um processo político e coletivo de tomada de decisão para a construção e exercício da autonomia, emancipação e empoderamento por meio do diálogo e cooperação”.

Durante o curso surgiram inúmeras indagações a respeito da relação entre instituições e público-alvo em processos participativos e também se questionou “como promover a participação na prática”. Como desdobramento dessas questões trabalhadas no curso, os aspectos institucionais da restauração florestal foram especialmente destacados no quarto e quinto temas (apontados antes). Incluiu-se, ainda, um estudo específico sobre os *“Principais obstáculos à adoção da árvore em propriedades rurais e propostas para sua superação”*.

Durante este processo coletivo de troca e de desenvolvimento de conhecimentos, chegou-se a diversas constatações, elaboraram-se algumas conclusões e levantaram-se muitas questões sobre como a participação na extensão florestal pode contribuir para a adoção do elemento arbóreo em propriedades rurais. Partilhar os frutos desse processo é o que pretende este artigo.

Histórico das abordagens participativas de gestão ambiental

São poucos os trabalhos publicados em português que contextualizam histórica e politicamente a origem de abordagens participativas. Na tese de Carmem Lúcia Rodrigues, intitulada “Limites do consenso” (2001), a autora apresenta esse histórico, contudo, diferencia os casos europeu e norte-americano do movimento participativo que emergiu em vários países da África, Ásia e América Latina na mesma época.

Na Europa (principalmente na Inglaterra) e nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, a “participação” fazia parte de uma estratégia de legitimação dos

planos nacionais de reforma estrutural voltados à modernização desses estados. Por outro lado, nos países mais pobres, sobretudo na América Latina, o movimento participativo foi desencadeado em oposição aos regimes políticos ditatoriais, nos últimos anos da década de 1960, tendo sido fortemente influenciado pela igreja católica progressista e pelas idéias do educador Paulo Freire (Rodrigues, 2001).

O pernambucano Paulo Freire ficou mundialmente conhecido por ter criado um método de alfabetização que conjuga ensinar “ler e escrever” e o despertar da consciência política dos educandos. Segundo o antropólogo e educador popular Carlos Rodrigues Brandão, o método de alfabetização de Paulo Freire é um dos precursores da *pesquisa-participante* que proliferou na América Latina no início dos anos 70 e enfatiza o papel do cientista social (ou pesquisador) no processo de transformação social. Este deveria assumir uma postura ativa e socialmente compromissada, procurando incorporar suas contribuições específicas ao saber popular. O fruto deste novo tipo de conhecimento, enriquecido e ampliado por uma constante reflexão e ação (*práxis*), sobretudo em campo, estaria a serviço dos interesses, motivações, aspirações e necessidades das classes e categorias sociais mais populares, tais como operários, camponeses e também índios. (Rodrigues, 2001).

Assim, a pesquisa participante ofereceu bases teóricas e metodológicas para o movimento participativo de emancipação social na época das ditaduras militares na América Latina. Duas obras já clássicas a respeito da pesquisa participante merecem ser lembradas: o livro organizado por Carlos Rodrigues Brandão, “Pesquisa Participante”, publicado em 1982, e um outro de Marcela Gajardo, publicado em 1986, intitulado “Pesquisa Participante na América Latina”. (citar na bibliografia)

Os autores dos artigos publicados em *Pesquisa Participante* (dentre os quais também está Paulo Freire) perceberam que ao se tratar do tema “participação” há muito mais procuras, ensaios e perguntas do que respostas. No entanto, os avanços da pesquisa participante foram significativos, seja visto que o conhecimento do coletivo, a partir de seu trabalho/ação valoriza as pessoas e as reconhecem como agentes transformadoras do seu cotidiano. Como resultado há um processo de dentro para fora, no qual o direito e o poder refletem-se, produzem e dirigem as potencialidades do saber específico destas pessoas a respeito de si próprias. (Brandão, 1990).

Nas palavras do próprio Paulo Freire: “...*Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento de um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência quotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo.*” (Freire, 1971 In: Brandão, 1982).

Hoje, quase quarenta anos depois das primeiras iniciativas de implantação de abordagens participativas, a ampliação dos espaços de “participação” da sociedade civil em projetos de desenvolvimento sustentável e de conservação ambiental é apontada como uma das diretrizes fundamentais em todo o mundo, constando entre as

principais exigências do Banco Mundial e agências multilaterais de cooperação (KfW, PP-G7, Comunidade Européia, etc.). No Brasil, por meio da política de descentralização administrativa legitimada pela Constituição Brasileira de 1988, a “participação” no gerenciamento ambiental passa a ser incentivada por meio de mecanismos vários, como é o caso da criação do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), dos conselhos consultivos em unidades de conservação e várias outras normas legais (Rodrigues, 2001).

Conceitos de “participação”

Vários significados são atribuídos na atualidade à “participação” – e seus derivados *participativo* e *participante*. A polissemia que envolve o conceito “participação” *contrasta* com um discurso homogêneo, repetitivo e aparentemente consensual veiculado pelos mais variados meios de comunicação de massa no momento.

Segundo um dos pioneiros em analisar processos participativos na América Latina, Juan Díaz Bordenave, que publicou “O que é Participação” em 1994, “participação” é uma necessidade humana e constitui um direito das pessoas. Para ele, trata-se de um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder, levando à “apropriação do desenvolvimento pelo povo”, ou seja, “participação” é conquista e também luta contra privilégios. No entanto, o autor pondera que existem vários tipos de “participação”: “concedida”, “voluntária”, “imposta”, “espontânea” e “de fato”. Em cada tipo, mudam o grau de controle dos participantes e o nível de importância das decisões que eles podem tomar. Além disso, Ela pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los, não devendo ser sacralizada e muito menos se constitui uma panacéia indispensável em todas as ocasiões (Bordenave, 1994).

O educador Marcos Sorrentino também representa uma referência importante quando se trata de conceituar “participação”. Ele organizou um livro intitulado “Ambientalismo e participação na contemporaneidade”, no qual são agrupados artigos relevantes para aprofundar a compreensão do tema. Nele, o autor afirma que “participação” é um processo dinâmico e amplo, que envolve cinco dimensões: “estrutura básica para participação”; “disponibilidade de informações”; “existência de espaços de locução”; “tomada de decisão”; “subjetividade”. A ausência e/ou precariedade de quaisquer uma das cinco dimensões são obstáculos à “participação”, enquanto a existência de todas elas é um facilitador. A “participação” pode variar em escala – “de microespaços cotidianos ao sistema planetário” - e o autor considera que os níveis de “participação” variam em função da escala de abordagem e do modo como as cinco dimensões são trabalhadas (Sorrentino, 2001).

Todos os autores citados até aqui (Brandão, Paulo Freire, Bordenave, Sorrentino), de uma forma ou de outra acreditam que a “participação” e as abordagens participativas provocam transformações sociais, ainda que em escalas e níveis que podem variar muito. Contudo, a “participação” é vista por outros autores muito mais como instrumentos de manipulação do que de emancipação. Suas críticas são apresentadas a seguir.

O iraniano Majid Rahnema (1995) argumenta que houve uma transformação da “participação” num jargão, muitas vezes utilizado fora de contexto e sem conteúdo real, tornando-se ideal para fins manipulativos. Segundo o autor, a “participação”, inicialmente subversiva e reivindicada por ativistas sociais e trabalhadores do campo, foi incorporada pelos organismos internacionais de auxílio, descaracterizada pelo sistema econômico e recomendada como forma de conseguir maior eficiência em processos de desenvolvimento. Rahnema aponta que é o poder local não convencional, e não as chamadas “estratégias de empoderamento” (com “participação”) promovidas por agentes externos, que possui caráter de resistência ao sistema dominante. Para ele, a “participação” pode acabar negando tais poderes locais e servindo ao próprio sistema que procuram modificar. Questiona ainda como é possível conciliar uma “participação” libertadora em uma sociedade de valores tendenciosos e de credos. Assim, acredita que mudança e liberdade resultam de processos iniciados interiormente (nas comunidades locais) e que uma mudança num nível macro (geralmente objetivo de projetos de desenvolvimento) pode ser resultado de mudanças em níveis micro. (Rahnema, 1995).

Outro autor que pondera os resultados de processos participativos é o sociólogo brasileiro Pedro Demo. Para ele, políticas sociais são importantes no combate à pobreza, mas podem criar obstáculos à emancipação e muitas vezes alimentam a pobreza política e a dependência. Demo reconhece a importância da “participação” em projetos de desenvolvimento, mas afirma que esta é comumente utilizada para convalidação do projeto. É necessário, portanto, se considerar, sem ingenuidade, aspectos críticos dos processos de “participação”: *“a pobreza política da comunidade envolvida, escolha de líderes e mediadores, choque entre interesses tecnocráticos do sistema e interesses da comunidade envolvida”* Se tais aspectos não forem pensados seriamente, a tendência é a manipulação crescente. Assim, considerando que *“nem sempre é possível esperar o amadurecimento da comunidade para iniciar o projeto, faz-se então necessário optar por meios-termos, todos relativamente manipulativos, mas dialeticamente realistas no contexto dado”*. (Demo, 2001).

Dada a enorme diversidade de definições e interpretações de “participação”, investigada na revisão bibliográfica realizada sobre o tema, e estudada pelas duas equipes do convênio, foi então necessário que o grupo adotasse um conceito comum para poder prosseguir no enfrentamento dos obstáculos à restauração florestal. Este conceito, anteriormente apresentado, foi desenvolvido no *Curso de Capacitação em Metodologias Participativas*:

*“A participação é um processo político e coletivo de tomada de decisão para a construção e exercício da autonomia, emancipação e empoderamento por meio do diálogo e cooperação”.*⁹

⁹ É preciso ressaltar, contudo, que tal conceito não considerou os limites institucionais que eventualmente serão enfrentados quando forem propostas abordagens participativas de recuperação florestal.

Sobre poder e participação

Quando se analisa, adota ou propõe processos participativos há de se estar ciente que as ações desencadeadas, de uma forma ou outra, interferem nas relações de poder entre as instituições (que propõe a intervenção e a beneficiária) e no interior da própria comunidade.

Enrique Leff analisa as relações de poder envolvidas em abordagens participativas e faz severas críticas ao que chama de “política de convivência na diversidade”, que reflete as tentativas atuais de desconsiderar conflitos existentes entre nações e no interior das sociedades:

“A sociedade moderna está evoluindo até uma ordem global que tenta resolver o conflito pela apropriação da natureza por via de uma política de consenso e democracia, que supere a contradição da luta de classes. Uma política de convivência na diversidade tende a substituir o significado da diferença como oposição e negação do outro. Contudo, este avanço rumo a formas e meios mais pacíficos para a resolução de conflitos não autoriza a aceitação acrítica de uma visão organicista da sociedade. Reduzir o social a uma ordem ecológica generalizada, desconhece o fato que as atuais mudanças históricas continuam imbuídos de interesses conflitivos e por forças políticas opostas” (LEFF, 1999).

Para Leff, há sempre que se considerar o poder nas relações sociais entre atores e instituições envolvidos em abordagens participativas, além de levar em conta aspectos simbólicos e divergências políticas existentes internamente na sociedade. O autor critica o espontaneísmo de preposições consensuais que, muitas vezes, confundem a especificidade da natureza humana (“*que envolve a ordem simbólica, o inconsciente, a cultura e o poder*”) com a ordem biológica (que tende ao equilíbrio entre as forças da natureza).

Vale aqui ressaltar a importância do pensamento crítico na análise de abordagens participativas e a ação estratégica nas intervenções propostas. A postura acrítica e apolítica, que se observa com muita frequência em proponentes das chamadas metodologias participativas, pode fortalecer determinadas forças políticas contrárias ao ideal emancipatório que motivou, e continua motivando, a adoção da participação em programas e projetos voltados a sustentabilidade. Essa mesma visão crítica deve ser exercitada na análise do papel do Estado em políticas de desenvolvimento.

Para Pedro Demo, a cidadania e o controle democrático são cruciais para o desenvolvimento. Este controle refere-se tanto ao Estado, quanto a outras instâncias de poder (como o mercado). Para ele, a cidadania estaria antes do Estado e do mercado, de onde parte sua crítica ao capitalismo - no qual o mercado sobrepõe-se aos demais aspectos da vida em sociedade - e ao *welfare state* (estado do bem-estar) - em que o estado comanda a cidadania popular e concentra poder na medida em que provê benefícios numa espécie de relação assistencialista e de troca silenciosa por menos pressão social. Relacionados ao controle democrático, estão a competência política e a emancipação. Por outro lado, Demo entende por participação o viver e relacionar-se diferentemente. Isso implicaria, acima de tudo, reconhecer a liberdade

individual, aprender a ouvir e compartilhar, livre de qualquer medo ou preconceito, credo ou julgamento. (Pedro Demo, 2001).

É evidente a relação da participação social com a democracia. Contudo, a democracia representativa não pressupõe consenso. Apesar da importância do consenso, é necessário aprender a trabalhar com ou sem ele, e mesmo na sua inexistência, participação não significa necessariamente manipulação (Bordenave, 1994).

Diversidade e níveis de Participação

Há grande diversidade de estilos de participação e diferentes graus de envolvimento social possível a ser promovido em projetos de gestão ambiental voltados ao desenvolvimento sustentável, relacionados, principalmente, com as relações de poder em questão.

Os autores uruguaios Gudynas e Evia (além de inúmeros outros autores citados ao longo deste artigo) alertam que, ainda que a participação seja evocada continuamente por ambientalistas e promotores sociais, no geral, não se esclarece quais são os procedimentos utilizados. Por este motivo, estes autores traçam uma tipologia dos “vários estilos de participação” existentes baseando-se em bases éticas diferenciadas. Destacam dois estilos principais, bastante polarizados: participação superficial e participação profunda. Participação superficial caracteriza as ações conduzidas por agentes externos, educadores ou promotores sociais, que se crêem detentores exclusivos do verdadeiro conhecimento e procuram impô-lo aos membros da comunidade considerados ignorantes. Nesse primeiro caso, é comum se ignorar saberes locais e desconsiderar a cosmovisão particular da comunidade. Tal estilo é especialmente criticado por Paulo Freire em sua obra “Extensão ou Comunicação?”. A Participação profunda *“busca o redescobrimto conjunto dos componentes ambientais humanos, construídos e naturais, escutando os demais, aonde todos os conhecimentos são válidos”* (FREIRE, 2001, p. 114).

Há, portanto, necessidade por parte dos agentes externos de fazer constante auto-avaliação para não se incorrer no primeiro estilo. Um extremo oposto seria o risco do agente externo se identificar como “idêntico ao grupo” (um dos riscos criticados pela educação popular) ou ignorar as relações de poder internas à comunidade.

No Brasil, Carmem Lúcia Rodrigues, em sua tese de doutorado, afirma:

“os vários estilos de participação diferem em níveis maior ou menor de organização popular e em diferentes tipos de parcerias entre Estado, Ongs e movimento social. Poder-se-ia distinguir três estilos diferentes de participação em projetos ambientais no país: O primeiro acontece quando o projeto é conduzido exclusivamente pelo Estado. Neste caso, há certo grau de inclusão popular em determinada fase do projeto, mas, o grau de envolvimento comunitário é pouco expressivo. Talvez seja este estilo o qual, na prática, mais ocorra no Brasil, ainda que o discurso do participativo, que marca a maioria das políticas ambientais no presente, represente uma maquiagem convincente para a maioria das pessoas. O segundo refere-se a um estilo de participação

consociado, em que Estado e Ong evocam a participação da comunidade local em determinados momentos. Próximo a este, há a participação associada, na qual Ong e entidade popular atuam em conjunto em todo o projeto ou em determinadas fases. Nestes dois casos, a Ong tem papel central exercendo controle das ações do Estado e criando canais de interlocução com a comunidade local. Aqui também se localiza grande parte dos projetos ambientais aprovados pelas agências de cooperação internacional. O terceiro estilo envolve o maior grau de participação popular. Ocorre nos projetos em que a entidade popular (como por exemplo, um sindicato ou grupo comunitário) elabora o desenho do projeto e também é responsável por sua implantação sem a intermediação do Estado ou de Ongs. Este estilo de participação foi muito expressivo há cerca de duas décadas no Brasil (embora, muitas vezes, contasse com a intermediação da Igreja). No momento, são poucas as entidades de base popular que atuam de forma independente. Algumas vezes, recebem apoio de Ongs que lhes prestam assessoria em uma determinada fase do projeto, ou em algum tema específico (Rodrigues, 2001).

Metodologias e técnicas participativas

Apesar de desejada e almejada, a prática da participação continua sendo um desafio mais ou menos fácil de trabalhar de acordo com o contexto sócio-cultural em questão, com o que se entende por participação e o que se pretende com ela.

As técnicas e metodologias participativas (MPs), mais conhecidas por siglas e abreviações como ZOPP (Planejamento Orientado por Objetivos), DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), METAPLAN, MAPP (Método Altadir de Planejamento Popular), dentre outras, são diversas e tem um grande escopo de utilização. Propõe-se a facilitar o desenvolvimento de processos participativos ao sistematizarem estratégias de trabalho em grupos/comunidades, seja em trabalhos de mobilização/intervenção social, seja no planejamento gerencial de organizações.

Para Carmem Lúcia Rodrigues, anteriormente citada, as bases teórico-metodológicas da *pesquisa-participante* clássica teriam, de certa forma, influenciado as chamadas metodologias participativas que proliferaram em inúmeros países do Cone Sul década de 1980. Atualmente, porém, o ideal de emancipação social que movia aquelas práticas não é mais observado na maioria das experiências de que se tem notícia. Se na década de 1970, quase a totalidade dos exemplos agrupados por Carlos Rodrigues Brandão, em *Repensando a Pesquisa Participante*, estavam relacionados às pastorais da Igreja Católica que se colocariam “a serviço de projetos de construção de bases sociais do poder popular”, as metodologias participativas, salvo algumas raras exceções, têm hoje um caráter muito mais funcional, cumprindo o papel de instrumentalizar processos de planejamento”. Sob o ponto de vista dessa autora, os princípios emancipatórios que alguns autores dizem fundamentar o uso das metodologias participativas representam, no melhor dos casos, somente uma intenção. Em geral, as metodologias participativas tratam-se de um conjunto de conselhos práticos e indicações de instrumentos de planejamento (Rodrigues, 2001).

Faundez (1993) reflete sobre o tema e concebe a participação como um processo educativo, de diálogo, troca e reconstrução de saberes, o autor coloca a necessidade da reconstrução permanente do método, que deve acompanhar a dinâmica de criação constante desse processo, à qual não é possível aplicar modelos nem uniformizar, sem o trair.

Pedro Demo (2001) traz uma observação para o mesmo assunto ao afirmar que os processos emancipatórios, por seu caráter complexo e contraditório, dificilmente ocorrem da maneira como pressupõe teorias intelectualizadas nascidas nas universidades ou em pesquisas localizadas, nem de acordo com expectativas tecnocráticas.

Com tais considerações pretende-se propiciar um olhar crítico sobre as MPs e a percepção de que não existe receita de bolo ou fórmula mágica para desenvolver projetos participativos. Não significam que não há experiências positivas de intervenção social nas quais utilizaram-se metodologias participativas, as quais exemplificam as pesquisadoras Brito (2000) e Faria (2000) que escreveram “Elaboração Participativa de uma Agenda XXI da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba” e “O uso do Diagnóstico Rural Participativo em processos de desenvolvimento local”, respectivamente. Mas é imprescindível compreender que qualquer metodologia ou técnica que se pretende utilizar estará sujeita e deve ser adaptada às características da realidade em questão. Assim como a participação, as metodologias e técnicas participativas não devem ser panacéias aplicáveis a tudo e todos.

Etapas das Metodologias Participativas

Valendo-se das ressalvas acima, é possível distinguir etapas recorrentes nas metodologias participativas. Cada MP caracteriza-se principalmente pela forma como aborda estas etapas e pelas técnicas/instrumentos que utilizam para realizá-las e sistematizá-las.

Diagnóstico

O diagnóstico é uma etapa fundamental dos processos que pretendem ser participativos, pois para intervir sobre determinada realidade ? é necessário conhecê-la e compreendê-la. Mais ainda, é necessário compreender como as pessoas que compartilham essa realidade a compreendem.

O diagnóstico visa proporcionar conhecimento sobre o contexto do trabalho a ser realizado. Identifica os potenciais, os problemas e as possibilidades relacionados a ele. A abrangência do diagnóstico é variável. Pode ser ampla, envolvendo aspectos sociais, econômicos, físicos, biológicos etc ou envolver apenas uma área. As ferramentas mais utilizadas nos diagnósticos participativos são questionários, entrevistas semi-estruturadas, observação participante, mapas mentais. Há mais preocupação com o aspecto qualitativo do que com o quantitativo

É comum a ocorrência de diagnósticos em que a comunidade envolvida apenas fornece informações, enquanto a análise dos elementos obtidos e a ação de

diagnosticar ficam sob a responsabilidade de uma equipe contratada. Porém, quando falamos de um diagnóstico participativo, nos referimos a uma etapa de reconhecimento na qual o maior número de participantes atuarão ativamente e não apenas serão envolvidos ou “tomarão parte”. Os diagnósticos participativos têm o caráter de processos pedagógicos e de mobilização social. Assim, não há um “público-objeto” a ser estudado por terceiros. Deve-se ter o cuidado de levantar percepções dos diferentes atores inseridos no contexto. O mesmo é válido para todas as etapas de um processo participativo.

Apesar disso, é claro que cada processo será diferente, com suas possibilidades particulares de envolvimento que dependerão, por exemplo, da origem da demanda e do tempo disponível para execução do projeto. Esses fatores geralmente são colocados como obstáculos a um maior envolvimento, pois um diagnóstico participativo comumente leva mais tempo que um diagnóstico convencional. Também influencia o envolvimento dos participantes a sua capacidade de consciência crítica e de organização, nos dizeres de Pedro Demo (2001). Se, por um lado, o desenvolvimento político de um grupo pode impedir, num dado momento e circunstância, que ele participe no mesmo nível de outros, por outro lado, o próprio processo pode proporcionar condições para o seu amadurecimento e emancipação.

Planejamento e implantação

O planejamento pretende identificar soluções para os problemas e utilizar e desenvolver as potencialidades existentes. O subsídio do planejamento é o diagnóstico. Um planejamento baseado em um diagnóstico falho, provavelmente será difícil de ser colocado em prática. Assim, observam-se como as diferentes etapas do processo são interligadas. O planejamento deve indicar clareza dos objetivos do trabalho, a partir dos quais delineiam-se tarefas com respectivos prazos, responsáveis e orçamentos, para originar um plano factível. O planejamento envolve ainda a definição de parceiros.

Durante a execução do planejamento, as possibilidades, na prática, podem se modificar. O planejamento participativo deve ser flexível para perceber falhas, obstáculos, lacunas, avanços e necessidade de ajustes para traçar novos caminhos quando necessário. Para permitir essas mudanças, é necessário criar mecanismos de avaliação durante a implantação, o chamado monitoramento.

É comum, em processos que buscam a participação, o envolvimento da comunidade em questão na etapa do diagnóstico. Porém, quando é chegado o momento de “colocar os pés no chão”, o público-alvo da ação é muitas vezes relegado, o que origina uma situação em que alguns planejam para outros executarem, convalidando os objetivos desses alguns e desconsiderando os objetivos dos demais envolvidos. Para que ocorra realmente um diálogo entre os interessados, é importante que o planejamento participativo se valha de métodos e instrumentos pedagógicos.

Avaliação

Em processos participativos a avaliação é uma etapa de grande relevância, pois por meio dela será percebida a qualidade do desenvolvimento do plano e as

“mudanças de rota” necessárias. Por isso, melhor se houver espaço para avaliações ao longo de todo o processo e não apenas na data marcada para a conclusão de determinada atividade de intervenção. A avaliação deve contemplar as dimensões subjetivas e objetivas, qualitativas e quantitativas.

Destaca-se nos processos participativos, a imprevisibilidade, da qual se origina uma das críticas às metodologias participativas, questionando sua capacidade de adequação e flexibilidade.

A participação, como explicita o próprio conceito construído, pretende contribuir para a emancipação e o empoderamento dos grupos. Um grande desafio dos processos participativos está justamente em mensurar a autonomia dos participantes. É importante mensurá-la pois é o que garantirá que um processo de transformação tenha continuidade independente da intervenção institucional, a qual muitas vezes origina **processos participativos de intervenção**.

É desejável o planejamento de uma estratégia que estimule e facilite a emancipação e a escolha de indicadores de sucesso que permitam avaliar a “sustentabilidade” do projeto e, se for o caso, o momento de “saída” da instituição. Mesmo que muitas vezes os recursos financeiros e prazos de aplicação determinem esse momento, é importante avaliar o quanto um projeto contribuiu para a emancipação de seus participantes. **Ainda ressalta-se que, mesmo interrompido - por exemplo, com uma saída brusca do agente externo -** os processos participativos têm desdobramentos que fogem das expectativas iniciais e do controle dos participantes.

Destaca-se o papel da educação ambiental no diagnóstico e planejamento de processos participativos num contexto de desenvolvimento rural sustentável, visando à sensibilização quanto à questão ambiental e ao fortalecimento do diálogo.

A busca do diálogo é fundamental nos processos participativos. Porém, o diálogo não deve ser encarado de forma ingênua, desconsiderando-se a dificuldade existente em trabalhar estruturas sociais e de poder, visões divergentes entre eventual instituição interveniente e comunidade.

Papel do Mediador

A figura do mediador em processos participativos também recebe o nome de animador, denominação que remete ao papel das pessoas que, com maior ou menor intensidade, estimulam e, de certa forma, coordenam processos participativos. Diante da dessa função, observa-se que a escolha de mediadores é um aspecto crítico e sua qualidade um condicionante do desenvolvimento dos processos participativos.

É um tanto polêmica a discussão em torno da origem do mediador e do alcance da sua ação. Apesar da preferência por mediadores oriundos da própria comunidade participante, em geral processos de intervenção social possuem um agente institucional que fará o papel do mediador. Valla (1998), ao escrever sobre participação popular, levanta a hipótese de que os mediadores (profissionais e técnicos da classe média) que trabalham com a participação popular têm dificuldades em perceber os interesses e avaliações de realidade das classes populares. Para

Pedro Demo (2001) o mediador ideal seria um intelectual orgânico que atuaria como agente facilitador no processo de conquista da autonomia pela comunidade. Deve ser, preferencialmente, de dentro da própria comunidade ou vinculado a ela, para facilitar a construção de um elo genuíno e honesto de comunicação.

Faundez (1993) analisa com detalhes o papel do mediador em processos participativos. Coloca que em certos casos o animador externo será mais bem vindo, porém, o animador interno pode estar mais apto a exercer sua função política e social por compartilhar melhor o sentir da comunidade. Destaca que tomada de consciência deve ser coletiva, cada indivíduo transformando-se num animador. Para o autor, o animador age cada vez em realidades diferentes, marcadas menos pela uniformidade e mais pela diversidade que influencia fortemente seu trabalho, exigindo adaptação. O papel do animador é definido de acordo com esse contexto no qual ele está trabalhando e lutando.

Faundez (1993) ainda destaca que os conflitos que giram em torno do poder e permeiam os processos participativos geram contradições que o animador deve aprender a superar. Entre essas contradições pode-se citar a tensão entre a teoria e a prática, imparcialidade e parcialidade e a questão do controle do consenso, que ao propiciar a aparência de participação e diálogo pode estar camuflando conflitos.

Do discutido, conclui-se que o mediador deve primar por uma postura democrática, comunicativa e dialógica, conhecendo e assumindo suas limitações. Seu papel geral é de potencializar o processo participativo e facilitar a autonomia da comunidade, estimulando-a a construir seu próprio futuro.

Desafios Institucionais para trabalhar com a abordagem participativa

Como se destacou na introdução deste artigo, o âmbito institucional dos processos de intervenção social (sejam projetos, programas, políticas públicas) influenciam direta ou indiretamente as ações a serem realizadas. Em especial, têm influência as relações de poder internas às instituições e entre a instituição e o contexto prático-cotidiano desses processos. A filosofia da instituição influenciará, por exemplo, qual o nível de participação a ser alcançado em um processo de intervenção e se a participação será um discurso ou uma prática.

Coloca-se, principalmente para as instituições públicas, uma questão referente à capacidade e à vontade de lidar com as conseqüências de um processo participativo, como o empoderamento de comunidades. Emancipação e autonomia levam ao desejo de maior controle democrático e poder de decisão. Trazem questionamentos, maiores níveis de exigência da sociedade como um todo e podem gerar uma força política extremamente poderosa. O controle democrático e a descentralização da tomada de decisão, discutem Valla (2004) e **Hernger**(2002), relacionam-se com a definição do papel do estado e com a conceituação do público e do privado, temas centrais e polêmicos que compõem nossa sociedade. Desencadear processos participativos significa mais cedo ou mais tarde discutir esse tema e cotidianamente, na prática, questioná-lo. Estariam as instituições (e nós mesmos) prontas para desencadear esses processos e atender às demandas daí surgidas?

O conflito entre a instituição e o contexto prático-cotidiano se dá principalmente no tocante à percepção do ambiente, das questões ambientais e sociais. Os agentes das instituições, por sua experiência de campo, pelas dificuldades, sucessos e experimentações vivenciados, têm uma visão mais multidisciplinar e abrangente do ambiente e da necessidade de trabalhar a participação. Esta visão, praticada extra-oficialmente por pequenos grupos de funcionários, ainda não chegou ou não foi realmente assumida pelas instituições.

Percebe-se, nos últimos anos, uma internalização cada vez maior da importância da integração meio ambiente/ser humano nas organizações. A transformação da visão de meio ambiente (rumo ao ponto de vista mais sistêmico) é, contudo, lenta e muitas vezes não corresponde ao que acontece na “ponta” da instituição, pois a máquina burocrática absorve e emperra as mudanças e os dirigentes são impermeáveis. Como modificar diretrizes de projetos e programas no sentido de inserir a visão holística e a abordagem participativa como questão prioritária nestas instituições? Em que tempo que isso pode ocorrer?

Um dos aspectos que influenciam muito esses processos de mudança de paradigmas é o tempo de permanência de funcionários em seus cargos. Por exemplo, quando há mudança periódica de dirigentes nas organizações, modificam-se as prioridades institucionais, prejudicando a continuidade dos trabalhos, inclusive dos processos participativos. Considerando, nesse caso, a maior permanência dos técnicos e agentes influenciar a mudança institucional a partir da prática, dos projetos desenvolvidos em campo, pode ser uma estratégia. A partir de pequenas ações, de resultados positivos, ganha-se legitimidade enquanto grupo que trabalha de determinada maneira. É o caminho da práxis para abrir cada vez mais espaços.

Além disso, faz-se necessária nas instituições, uma missão com diretrizes e planos que permitam **operacioná-la**. Mas não basta ter planos e diretrizes se não são claros ou não contemplam a questão da ação participativa. Observa-se, então, a necessidade de uma política participativa interna à própria organização, que considere as contribuições vindas dos diferentes níveis organizacionais, para tornar as diretrizes e planos mais coerentes à realidade do trabalho de campo cotidiano.

Um obstáculo relevante apontado quando se pretende atuar de forma participativa é o desconhecimento quanto ao “como” fazê-lo, quais metodologias utilizar. Porém, há um conflito entre teoria e prática: as mudanças que ocorrem na universidade, por exemplo, não correspondem às mudanças nos órgãos públicos. É necessário fazer a transição do processo de mudança que está ocorrendo nas Universidades e no meio intelectual para a dimensão operacional das instituições.

Diante dos obstáculos institucionais ao desenvolvimento de processos participativos, um ponto importante que se coloca diz respeito ao nível de participação possível de ser alcançado por determinada instituição em determinada ação.

Ao debater o ideal de participação e criticar a abordagem participativa como discurso, convalidação, manipulação ou mera inserção dos envolvidos como espectadores, pode-se criar um mito de que apenas os processos “verdadeiramente” e idealmente participativos são legítimos. Cabe questionar, então, quais os cenários de participação em determinado contexto social e institucional são possíveis. Com isso, é

claro, não se pretende justificar a participação manipulativa, convalidativa etc, mas destacar a necessidade de observar-se a realidade e assumir o nível de participação que se pretende atingir, fugindo, justamente, da participação apenas como um discurso.

Extensão Florestal

São poucos os trabalhos voltados especificamente à extensão florestal no Brasil. Para analisar o tema extensão florestal relacionando-o à participação, levou-se em conta a leitura prévia de vários textos enviados às equipes do convênio, entre os quais o de Paulo Freire: *“Extensão ou Comunicação?”*, que foi considerado o mais relevante para o debate das seguintes perguntas e temas em discussão: 1) Quais os principais obstáculos à não adoção da árvore na propriedade? 2) Quais são as propostas apontadas para que se adote árvores na propriedade? A escolha desta obra também se deu devido às críticas de Paulo Freire ao tipo de extensão rural que prevalecia no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 - e, em certos casos ainda persiste nos dias de hoje - no qual se busca “estender algo a alguém” (nas palavras de Freire) a partir de “transmissão” de conhecimentos e “persuasão” dos agricultores para “adesão” de inovações tecnológicas. A extensão rural nesses moldes foi considerada por Paulo Freire manipulação e invasão cultural. Em oposição às relações de cima para baixo entre extensionistas e agricultores, ele propõe nesta obra a comunicação, o diálogo, a reciprocidade e a “co-participação”.

Foi consenso entre as duas equipes que participaram do convênio que a extensão florestal deveria alicerçar-se nos princípios educativos, apontados por Paulo Freire, que presumem a articulação de saberes (populares e técnico-científicos) e implicam no estabelecimento de múltiplas parcerias.

Pressupostos da extensão florestal

Ainda que a obra de Paulo Freire tenha sido uma importante referência para analisarmos a participação no contexto da extensão florestal, é importante frisar que, no Brasil, a realidade no campo hoje é bem diferente das décadas de 1960 e 1970 - época em que Paulo Freire remete-se nesta obra.

No momento de definir estratégias voltadas à recuperação florestal, há de se considerar que hoje coexistem no meio rural brasileiro inúmeras categorias de produtores: desde aqueles altamente capitalizados inseridos no *“agribusiness”*, até pequenos produtores que vivem e produzem em regime de economia familiar, além das comunidades tradicionais extrativistas (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, dentre outros povos da floresta). Trata-se, segundo Julia Guivant (1997), de uma realidade híbrida!

A Extensão Florestal utiliza conteúdos e instrumentos metodológicos da sociologia rural e de outras disciplinas das ciências sociais, tratando, em particular, dos aspectos humanos relacionados à introdução do elemento arbóreo na propriedade. Em termos práticos, a extensão florestal objetiva, de um lado, promover a

recuperação florestal nas propriedades (por motivos legais e/ou ambientais) e, de outro lado, visa ao aprimoramento de serviços, bens e produtos possíveis de serem obtidos das florestas. Ambos objetivos foram tratados no convênio aqui em questão.

Quanto aos principais pressupostos da extensão florestal, a conclusão a que se chegou nos debates entre as duas equipes do convênio é de que projetos e programas de recuperação florestal objetivam promover a conservação da biodiversidade e, em última instância, garantir a sustentabilidade ambiental.

Obstáculos

Os principais obstáculos à introdução do elemento arbóreo na propriedade são de duas ordens: do ponto de vista econômico e do ponto de vista cultural. Ocorrem simultaneamente e, variam em termos de escala de poder – obstáculos que ocorrem em âmbito do poder local até, numa escala macro, em âmbito do poder estrutural (neste caso, atrelado às políticas públicas).

A introdução do elemento arbóreo na propriedade no âmbito do poder local, ou seja, que se dão do ponto de vista dos fatores internos à comunidade (ou propriedade) também se desdobram em dificuldades culturais e econômicas. Os obstáculos culturais relacionam-se à percepção particular do produtor de “meio ambiente” e à representação social da árvore (ou floresta) na propriedade. Os obstáculos econômicos são traduzidos em termos de custo elevado da recuperação e falta de prioridade entre as atividades desenvolvidas na propriedade.

Os obstáculos em escala macro, em âmbito de poder estrutural dizem respeito às políticas agrícolas confusas e descontínuas e não incentivo de rendimento imediato resultante da introdução do elemento arbóreo na propriedade - agravado pelo imediatismo da produção rural em obter respostas a curto-prazo. Até recentemente, não havia políticas de incentivo à recuperação florestal. Ainda em escala macro/estrutural, há uma série de limitações da extensão rural clássica em que não são levados em conta conflitos de visão de mundo entre extensionistas e os produtores rurais, além de recorrentes dificuldades de comunicação entre estes dois grupos. Este tema será ainda detalhado a frente.

Grande parte dos obstáculos aqui mencionados pode ser resumida à falta de diálogo ou de articulação. Há falta de articulação generalizada entre diferentes secretarias do governo, por exemplo, que caracteriza sérios gargalos estruturais, já históricos. Há necessidade de diálogo para enfrentar as dificuldades operacionais da recuperação: Como? Em que tempo? Com que recursos?

Em âmbito mais local, os obstáculos relacionam-se à diferenciação das categorias e entre os setores de proprietários rurais – como é discutido no artigo de Rodrigues, Queda e Martins (2005).¹⁰ Além disso, as dificuldades quanto à

¹⁰ Como exemplo, no estudo de caso realizado em Porto Feliz (SP), para pequenos proprietários que se dedicam às atividades de horticultura e fruticultura os principais obstáculos à restauração florestal são: a) perda de área de cultivo; b) ausência de recursos financeiros para o plantio das mudas; c) valores e comportamentos opostos à recuperação ambiental. Já para os pecuaristas, os obstáculos principais

recuperação deve levar em conta a diversidade quanto ao grau de sensibilização ambiental dos proprietários.

Em campo, observa-se que há proprietários que têm uma visão utilitarista da árvore e estão preocupados em adequar sua propriedade para evitar multas, ou porque já foram multados; há também aqueles que não têm uma visão utilitarista da árvore, possuem um tipo de ligação afetiva com a árvore e, finalmente, há aqueles que não têm sensibilização para a importância do elemento arbóreo, mas estão “dentro da lei”. Para cada categoria desses produtores há de se pensar em estratégias diferentes ao se formular propostas de recuperação florestal.

É importante frisar que os obstáculos não são universais, devem ser contextualizados pois possuem uma história, ou relacionam-se à história, tanto do desenvolvimento rural, como do movimento socioambientalista no Brasil.

Propostas:

As propostas discutidas pelas equipes do convênio podem ser agrupadas em dois blocos principais: propostas do ponto de vista epistemológico e metodológico, que dizem respeito às diferentes percepções e interpretações da natureza pelos autores sociais envolvidos na recuperação e, propostas do ponto de vista estratégico, que tratam de possíveis medidas operacionais até propostas de políticas públicas para o setor florestal.

Propostas do ponto de vista epistemológico e metodológico

Com base em experiências conhecidas e pesquisas em andamento (Rodrigues, Queda, e Martins, 2005) diagnosticaram-se uma série de obstáculos à adoção do elemento arbóreo em propriedades rurais. Muito embora as dificuldades ou as rejeições quanto à adoção do elemento arbóreo em propriedades rurais estejam quase sempre referidas aos aspectos econômicos, isto é, à dimensão do “poder” (seja a incapacidade econômica de restaurar, seja a perda da área de cultivo, falta de mão-de-obra, etc.) há evidências que elas estejam também ligadas à dimensão do “saber” e do “querer”.

Esta dimensão do “querer” (ou não querer) é freqüentemente desconsiderada, ou não é vista como um problema nos projetos ou pesquisas do setor florestal. Esta última dimensão refere-se a uma série de obstáculos da recuperação florestal do ponto de vista cultural que exige da parte dos técnicos envolvidos com a recuperação florestal uma revisão epistemológica e metodológica dos programas e as atividades sendo desenvolvidas.

O conceito de natureza determina estilos de desenvolvimento possíveis, segundo Gudynas (1999). O autor analisa diversos conceitos tradicionais e contemporâneos de natureza (como recurso natural, como sistema, como capital) na América Latina relacionando essas concepções às possíveis estratégias de desenvolvimento. Há, portanto, uma pluralidade de idéias acerca do conceito de

são: a) perda da área de pastagem; b) dificuldade de cercar a área; c) desmobilização do grupo para ações coletivas. (Rodrigues, Queda e Martins, 2005)

natureza (e de floresta, no caso focado neste trabalho) e a sua construção social deve ser considerada quando se discute estratégias voltadas à recuperação florestal. Este é um dos principais desafios a ser enfrentado nas propostas aqui em discussão: a separação do ser humano da natureza – muito discutida por autores das áreas de Ciências Humanas ao analisar a problemática ambiental contemporânea.

Um dos exemplos é Pedro Demo, antes citado, que faz as seguintes críticas sobre a lógica que permeia o conhecimento científico positivista:

“O conhecimento científico toma providências metódicas para cercar a invasão excessiva do subjetivismo, mas não o elimina (...) visto que o ser humano é parte da natureza. Não a vê de fora, mas como observador encerrado dentro dela”. (Demo, 2000:13).

No contexto explicitado acima, o autor coloca o desafio metodológico de *“produzir instrumental que seja mais adequado à não linearidade da realidade, tomando sempre em conta nossa tendência a linearizá-la”*. O processo de desenvolvimento também tem um componente educativo. Em programas de desenvolvimento o saber técnico científico e o saber empírico popular deveriam dialogar e se apropriar um do outro na reconstrução do conhecimento e na transformação da realidade vivida. Isto depende de uma participação ativa e de uma nova relação entre conhecimento e poder (FAUNDEZ, 1993).

Assim, as idéias e propostas de Paulo Freire em Extensão ou Comunicação ? fazem aqui sentido. Para enfrentar os obstáculos culturais (que também diz respeito à percepção acima apontada), “tem que estar lá”, “sim-patizar”; “ad-mirar” nossos interlocutores (nas próprias palavras de Paulo Freire). Para isso o diagnóstico participativo é de grande importância. Propostas devem partir do conhecimento local diagnosticado, que por sua vez, refletem a diversidade e a particularidade de cada área geográfica. Há, portanto, necessidade de capacitar os extensionistas em comunicação rural onde se objetiva a construção do conhecimento coletivo baseado no diálogo e participação efetiva, não manipuladora.

Por outro lado, é fundamental a articulação entre as ciências agrárias e ciências sociais (interdisciplinaridade) para que se efetive o diálogo entre as áreas de conhecimento e entre suas metodologias particulares.

Propostas do ponto de vista estratégico

Levando em considerações as propostas anteriores, recomenda-se associar as duas dimensões da extensão florestal: a educacional (envolvida em programas de capacitação) e a de políticas públicas (que implica em mudanças estruturais).

A extensão florestal deve contar com políticas públicas específicas para a área florestal, com crédito (há de se definir linhas de subsídios para fomento florestal de nativas, por exemplo), utilizando-se de uma abordagem diferenciada na capacitação de agentes locais onde se apliquem as propostas metodológicas, aqui apontadas no sentido de promover o diálogo entre saber técnico/científico e empírico/popular. A importância da educação ambiental deve ser também destacada, já que por meio de distintas experiências recentes, esta área de conhecimento e de atuação mostrou-se fundamental na sensibilização dos atores sociais envolvidas na recuperação florestal.

Uma outra proposta estratégica seria trabalhar com a Rede de Microbacias Hidrográficas já constituída pela Secretaria da Agricultura no Estado de São Paulo. Neste caso é preciso ainda enfrentar algumas dificuldades operacionais resultantes da desarticulação atual entre as secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura no estado.

Para finalizar, vale lembrar que a recuperação florestal deve propor estratégias diferentes dependendo do setor e da categoria dos proprietários, do grau de sensibilização ambiental de cada proprietário, além de potencializar aqueles já dispostos a plantar árvores.

Agradecimentos

À equipe da Fundação Florestal (Claudette Marta Hahn, Cleide de Oliveira, Elisa Maria do Amaral, Paulo Valadares Soares, Mário Sérgio Rodrigues) pela possibilidade de desenvolvimento do convênio com o IPEF, pela convivência enriquecedora e pelas sugestões no processo de elaboração deste artigo.

Bibliografia e Referências

DEMO, P. Participação e avaliação – projetos de intervenção e ação. In: Sorrentino, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p.163-184.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRITO, M.C.C. **Elaboração participativa de uma Agenda XXI da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba**. 2000. 000f. Dissertação (Mestrado em _____) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, dezembro de 2000.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FARIA, A. A. **O uso do Diagnóstico Rural Participativo em processos de desenvolvimento local**. 2000. 111p. Dissertação (Mestrado em _____) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

FAUNDEZ, A. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 93 p.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa Participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUDYNAS, E.; EVIA, G. **La praxis por la vida: introducción a las metodologías de la ecología social**. Montevideo: CIPFE, CLAES, NORDDAN, 1991. 276p.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Local; v. 14, n.3, p.411-446, 1997.

HERNGER, R. R. Estratégias de descentralização e políticas públicas. In: MUNIZ, J. N.; GOMES, E. C. (Ed) **Participação social e gestão pública: as armadilhas da**

política de descentralização. Belo Horizonte: Editora, 2002. p. 75-82 (Verificar nome do autor)

LEFF, E. Ambiente e Articulação das Ciências. **Persona y Sociedad**, Local, v. 13, n. 1, p. 79-99, abr. 1999.

MORIMOTO, I. A. **A arvore na propriedade rural:** educação, legislação e política ambiental na proteção e implementação do elemento arbóreo na região de Piracicaba. 2002. 205 p. Dissertação (Mestrado em _____) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

RAHNEMA, M. Participation. In: **The development dictionary.** Joannesburg: Witwatersrand University Press, Zed Books, 1995. p. 117-130.

RODRIGUES, C. L. **Limites do Consenso:** Territórios Polissêmicos na Mata Atlântica e Gestão Ambiental Participativa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (apresentada à Fac. Filosofia, Letras e Ciências Humanas)

RODRIGUES, C. L.; QUEDA, O. e MARTINS, R. B. Participação dos proprietários rurais em restauração da mata ciliar: uma proposta metodológica. XLIII Congresso da SOBER, 2005.

TORO, J. B. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: MMA, 1997. 104 p.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, vol.14, supl.2, p. 07-18, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000600002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 Novembro 2004.